**Compras Sustentáveis: proposta de intervenção para as compras públicas
do IFPB – Campus Campina Grande**
**Sustainable Purchases: intervention proposal for the public purchases from
IFPB – Campus Campina Grande**

Silvan Freire Cunha¹

Maria Arlete Duarte Araújo²

Resumo

Essa proposta de intervenção objetivou construir um modelo de compras para o IFPB – *Campus* Campina Grande, em consonância com a legislação ambiental vigente e com os pressupostos da sustentabilidade e proteção ao meio ambiente. Para construir um modelo de licitações sustentáveis adequado à realidade do IFPB – *Campus* Campina Grande, avaliou-se uma série de modelos implementados por instituições públicas federais e outros sugeridos por associações dedicadas à temática, além de uma ampla pesquisa na legislação federal que trata de licitações públicas. Como resultados, foram propostos a inclusão de critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios, alterações nos editais licitatórios para adaptá-los à legislação ambiental, normas de implementação e métodos de avaliação dos resultados a serem alcançados para que as correções necessárias sejam efetuadas. Sugeriu-se a adoção de um modelo de edital licitatórios com critérios de sustentabilidade; criação de uma Comissão Gestora para o Plano de Gestão de Logística Sustentável; uma nova política de compras na instituição a partir de uma nova postura dos requisitantes; boa parte dos itens solicitados após as orientações, passaram a ser descritos com algumas características sustentáveis.

Palavras-chaves: Boas práticas sustentáveis. Legislação Ambiental. Licitações.

Abstract

This intervention proposal was intended to build a purchasing model for the IFPB– *Campus* Campina Grande, in accordance with current environmental legislation and with the assumptions of sustainability and protection of the environment. To build a sustainable bidding model appropriate to the reality of IFPB– *Campus* Campina Grande, were evaluated a series of models implemented by federal public institutions, in addition to extensive research in federal legislation about the subject. As results, were proposed to include sustainability criteria in the bidding processes, changes in the bidding documents to adapt them to environmental legislation, implementation rules and methods for evaluating the results to be

¹ Mestre em Gestão Pública, Assistente em Administração do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

² Doutora em Administração de Empresas, Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

achieved, for what that the necessary corrections are made. It was suggested the adoption of a model bidding document with sustainability criteria; a new purchasing policy in the institution based on a new posture of the requesters; many of the items requested after the guidelines, have been described with some sustainable characteristics.

Keywords: Biddings. Environmental legislation. Good sustainable practices.

Introdução

O *locus* dessa proposta de intervenção é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Campina Grande. Mais especificamente, investigou-se o setor de licitações, para o qual se buscou construir uma proposta de intervenção visando incluir critérios de sustentabilidade aos processos de aquisição dessa instituição.

O IFPB é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Sua missão é preparar profissionais cidadãos com sólida formação humanística e tecnológica para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão (Portal IFPB, 2018a).

Quanto ao *Campus* Campina Grande, oferta cursos divididos em 5 níveis de ensino: Cursos Superiores de Tecnologia (Construção de Edifícios e Telemática); Cursos Superiores de Licenciatura (Matemática e Física); Cursos Superiores de Bacharelado (Engenharia da Computação); Cursos Técnicos Integrados (Mineração, Manutenção e Suporte em Informática, Petróleo e Gás e Informática – Programas de Computador); e, Cursos Técnicos Subsequentes (Mineração, Manutenção e Suporte em Informática e Informática – Programas de Computador). Atualmente, o *Campus* Campina Grande conta com aproximadamente 3.000 (Três mil) alunos regularmente matriculados (Portal IFPB, 2018b).

No aspecto organizacional, O IFPB – *Campus* Campina Grande possui uma Diretoria Geral que divide suas atividades entre a Diretoria de Administração e Planejamento e a Diretoria de Ensino, que por sua vez, divide-se em dois Departamentos. Subordinadas a essas direções e departamentos há uma diversidade de coordenações e seus respectivos

colaboradores. Do quadro permanente de servidores da instituição regidos pelo Regime Jurídico Único, 87 (oitenta e sete) são técnicos administrativos e 151 (cento e cinquenta e um) docentes. A instituição conta ainda com professores possuidores de vínculo empregatício, em caráter de substituição, na forma da lei e 85 funcionários terceirizados distribuídos entre 06 (seis) empresas contratadas (Portal IFPB, 2018b).

Para viabilizar as aquisições, a Coordenação de Compras adota como procedimentos a adesão ao Sistema de Registro de Preços, a utilização de dispensa de licitação e operacionalização de pregões eletrônicos. Desde 2015, essa última modalidade vem sendo utilizada de forma predominante.

Diante das responsabilidades e compromissos com o meio ambiente, o IFPB adotou algumas iniciativas de incentivo à sustentabilidade que são norteadas pela Resolução nº 132/2015 que trata da Política Ambiental no âmbito do IFPB.

No âmbito do IFPB – *Campus* Campina Grande são raras as exigências de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações. Dentre as poucas ocorrências de inclusão de critérios sustentáveis, pode-se mencionar a aquisição de itens de Tecnologia da Informação que obedecem a Diretiva RoHS e a compra de ar-condicionado com exigência de Selo de Conservação de Energia do INMETRO ambos resultantes de pregões realizados em 2014; a aquisição de papel reciclado obtido por meio de adesão a uma ata de registro de preços de 2013 e, por fim, a compra de lâmpadas de LED por meio de um certame operacionalizado em 2017.

Vale ressaltar que as licitações sustentáveis – como instrumento de gestão ambiental à disposição do Poder Público – reveste-se de grande valia para a sustentabilidade, uma vez que o poder de compras do Governo Federal é bastante expressivo. Para termos uma ideia, apenas no âmbito do IFPB, os gastos com bens (permanente e consumo) em 2015 somaram R\$ 15.097.696,43 (Quinze milhões, noventa e sete mil e seiscentos e noventa e seis mil reais e quarenta e três centavos), de acordo com o Portal da Transparência. Quanto ao Campus Campina Grande, foram gastos, só com materiais (permanente e consumo), em torno de R\$ 2.325.812,47 (Dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil e oitocentos e doze reais e quarenta e sete centavos) no ano de 2015 (Portal da Transparência, 2015).

A adaptação dos procedimentos de compras da instituição às normas legais referentes à sustentabilidade ambiental das licitações e a busca pela proteção ao meio ambiente representam as principais justificativas deste projeto de intervenção, que tem como objetivo geral: elaborar uma proposta de compras públicas sustentáveis baseada na legislação vigente e em consonância com os programas, planos e ações governamentais que estabelecem critérios de sustentabilidade nas aquisições públicas, com o propósito de nortear os processos licitatórios do IFPB – *Campus* Campina Grande, articulando essa nova proposta com a Política Ambiental da instituição.

Contexto

Nas incursões ao *locus* da pesquisa e análise documental realizada nos editais, pode-se verificar que o modelo atual de compras do IFPB – *Campus* Campina Grande não considera, pelo menos de forma sistemática, a inclusão de critérios de sustentabilidade. A literatura aponta que há diversos fatores que podem ocasionar essa falha nas instituições.

Barata, Kligerman e Minayo-Gomez(2007), por exemplo, acredita que as questões ambientais têm um histórico de implementação lenta no serviço público. Nas licitações, essa situação tende a se agravar, uma vez que as aquisições de bens na esfera pública é um processo com certo grau de complexidade. Além disso, cada instituição pública tem demandas e características muito específicas que podem tornar a implementação de licitações sustentáveis ainda mais difícil.

Outro obstáculo à implementação das licitações sustentáveis é a falta de capacitação dos servidores públicos em prol da sustentabilidade, conforme aponta Santos (2013). Capacitar o servidor pode contribuir para melhorar o desempenho, sobretudo quando se trata de novidade ou quando envolve um pouco mais de complexidade, como é o caso das licitações sustentáveis que requerem novos conhecimentos, mais trabalho e maiores dificuldades. Tudo isso, pode gerar alguma resistência dos servidores que precisarão sair de suas zonas de conforto e, para que isso ocorra, é necessário mantê-los estimulados.

É preciso refletir também sobre a crença de que os fornecedores não se interessam pela produção e negociação de produtos sustentáveis e que a qualidade desses produtos seria

duvidosa. É importante que todas essas dúvidas sejam sanadas junto aos servidores, sobretudo os gestores, para que a implementação das licitações sustentáveis seja viabilizada.

Todos esses fatores parecem permear o processo de compras no âmbito do IFPB – *Campus Campina Grande*. Além disso, inexiste – pelo menos à primeira vista – a elaboração de uma política ambiental que inclua as licitações sustentáveis no rol de medidas institucionais, uma vez que existe a obrigação legal e constitucional de implementação de tais procedimentos por parte dos órgãos públicos. Não se vislumbra sequer a possibilidade de uma reflexão por parte dos servidores sobre tais questões que possibilite tornar as licitações sustentáveis uma política que faça parte da realidade desse órgão.

Saliente-se que, há poucos registros de inclusão de critérios de sustentabilidade socioambiental nos processos de aquisição dos itens constantes da tabela acima, especialmente no período compreendido entre os anos de 2012 a 2017. Dentre os raros itens adquiridos com exigências de critérios de sustentabilidade incluídos nos processos licitatórios da instituição no período supracitado, estão o papel ofício reciclado, alguns equipamentos de TI com exigência da diretiva RoHS, lâmpadas de LED e ar-condicionado com Selo de Conservação de Energia do INMETRO.

Por todas essas razões, esse trabalho pretende intervir nesse processo, investigando todos esses fatores e propondo a alteração dessa realidade, por meio da adaptação do processo licitatório do IFPB – *Campus Campina Grande* à legislação ambiental vigente e aos pressupostos da sustentabilidade socioambiental.

2.1. Mapeamento do Fluxo de Compras Atual

O processo licitatório no âmbito do IFPB – *Campus Campina Grande* tem início com a reunião de Planejamento Anual do Orçamento realizada pela Direção Geral. Esse evento ocorre normalmente ao final de cada ano, quando são convocados todos os diretores e coordenadores, que são os responsáveis pelas solicitações de materiais e serviços para suprir as demandas da instituição e assegurar o regular cumprimento de sua missão.

As demandas de cada setor são solicitadas por meio de formulário de pedido de compras que deve ser aprovado pelo respectivo Diretor Setorial e ratificado pelo Diretor Geral. A descrição dos itens solicitados é de responsabilidade de cada coordenador ou diretor, devido ao fato de estes terem o conhecimento técnico para detalhar o material ou serviço necessário, bem como o quantitativo adequado para atendimento de suas demandas.

Após a abertura, o processo de compras é encaminhado para a Coordenação de Compras e Licitações, momento em que é feita a distribuição para um dos 3 servidores lotados junto a essa coordenação. O servidor responsável dá sequência à instrução processual por meio das seguintes etapas: (a) elaboração de orçamento; (b) preparação do Termo de Referência; (c) formatação do Edital; (d) preenchimento do *Check List*; (e) fechamento do processo; (f) encaminhamento para Procuradoria Federal junto ao IFPB para parecer jurídico.

No decorrer dessas etapas, define-se a modalidade de licitação que será adotada. A modalidade mais utilizada tem sido o pregão eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços, uma vez que este método permite que se faça todo o processo sem a necessidade de reserva de recursos (pré-empenho). Essa estratégia permite minimizar os problemas ocasionados pela escassez de recursos e viabilizar um melhor planejamento das compras.

Realiza-se também, durante essas etapas, o lançamento dos itens no Portal Compras Governamentais para registro e posterior agendamento do certame. Caso seja utilizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), abre-se prazo para que as instituições e órgãos possam manifestar interesse em participar do processo.

Caso o parecer da Procuradoria Federal para o processo seja favorável, dá-se seguimento ao certame com o devido lançamento em campo próprio do Portal Compras Governamentais para agendamento, divulgação e publicação no Diário Oficial da União.

A Figura 1 mostra-nos o mapeamento do fluxo do processo de compras e o sequenciamento do processo decisório para identificar as etapas nas quais os critérios de sustentabilidade ambiental podem ser inseridos.

Figura 1. Fluxo do Processo de Compras Atual

Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do *Software Bizagi Modeler*

Salvo raras exceções, em nenhuma dessas etapas considera-se a inclusão de critérios de sustentabilidade, seja na descrição dos itens pelos coordenadores, seja na elaboração do Termo de Referência ou do Edital. As motivações para esse fenômeno precisam ser aprofundadas, mas os indícios apontam para diversos fatores que contribuem para que isso aconteça, tais como a falta de capacitação e comunicação, resistência por questões culturais, despreparo e falta de envolvimento dos compradores e consumidores, falta de planejamento, inexistência de apoio institucional dentre outros

Intervenção

Feitas as considerações iniciais, abordar-se-á o plano de ação e os procedimentos para que as alterações aqui sugeridas sejam aplicadas. Inicialmente, apresenta-se a Figura 2, que esboça o passo-a-passo do Plano Geral para Implementação da CPS. Nesse esquema, tem-se uma visão geral e simplificada de como se pretende pôr em prática as ideias recomendadas nesse trabalho.

Figura 2. Plano Geral para Implementação da CPS

Fonte: Adaptado de (Brasil, 2016);(Cefor,2015); (Bahia & Iclei,2012)

Além da estratégia indicada na Figura 2, a presente proposta de intervenção prescreve também a Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) com a inclusão da CPS. Esse plano foi inspirado no ciclo PDCA e compõe-se das seguintes etapas: Preparação; Diagnóstico/Medição; Elaboração do PLS; Implementação do Plano; Monitoramento; Verificação e Avaliação. Elencou-se também a lista de eixos temáticos mínimos que devem fazer parte do PLS. Ademais, sugeriu-se um conjunto de metas, ações, indicadores e responsáveis para viabilização do eixo temático compras sustentáveis.

3.1. Procedimentos para Implementação de Compra Sustentável

A elaboração de um Plano de Ação pode contribuir para que a implementação da Compra Pública Sustentável seja bem-sucedida. Há muitas ferramentas práticas para implementação das compras públicas sustentáveis (Manual Procura+ do ICLEI; Manual do Ministério do Planejamento; Guia da Advocacia Geral da União; Guia da Administração Pública Federal etc.). Nessa proposta, buscou-se a combinação das estratégias empregadas nesses e em outros manuais, para na medida do possível, adaptá-los a situação do caso em estudo.

3.1.1. Plano Geral para Implementação da CPS

O Plano adotado nessa proposta de intervenção, tem como base a metodologia desenvolvida na Publicação “Compras Públicas Sustentáveis – Uma Abordagem Prática” de autoria do ICLEI – Governos Locais Pela Sustentabilidade em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB. Essa metodologia adota 7 etapas, em um processo que segue a sequência constante na Figura 3.

Figura 3. Plano para Implementação da Compra Pública Sustentável

Fonte: Bahia, Iclei (2012)

A seguir, detalhar-se-á como serão implementadas essas ações propostas, levando em consideração as características da instituição objeto dessa proposta e de todas as informações que foram apontadas pelos entrevistados.

3.1.1.1. Alocação de Responsabilidade e Envolvimento dos Atores

O processo de compras públicas envolve vários atores (demandante, gestor, equipe de licitação, equipe de patrimônio e almoxarifado, consumidor final etc.). Todos precisam ser capacitados e inseridos no processo. Para isso, cada um deve saber quais são suas obrigações e a alocação de responsabilidades deve ser clara para não gerar conflitos.

Esse projeto de intervenção propõe que essas responsabilidades sejam revistas, de forma que haja nesse processo a inclusão de critérios de sustentabilidade durante a descrição do item pelos solicitantes. Além disso, recomenda-se que na aprovação e na ratificação sejam levados em consideração a inclusão de critérios de sustentabilidade.

Dessa forma, o andamento dos processos de compras obedeceria ao esquema demonstrado na Figura 4 com as novas responsabilidades que passam a tratar da inclusão, verificação e aprovação dos critérios de sustentabilidade ambiental conforme orientados pelas normas vigentes.

Figura 4. Fluxo de Compras Incluindo Critérios Sustentáveis

Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do *Software Bizagi Modeler*

Uma das principais alterações, diz respeito à formação de uma Comissão de Sustentabilidade para verificar a inclusão dos critérios ambientais nos materiais que serão adquiridos. Após a elaboração do pedido, a comissão avalia se houve inclusão ou não. Outra modificação sugerida é a verificação, em cada setor por onde o processo tramitar, da anuência da Comissão supracitada.

Também se aconselha que na fase de aceitação da proposta do licitante, o pregoeiro, a equipe de apoio e o setor demandante examinem juntos se houve atendimento aos critérios ambientais. Por fim, os servidores do setor de patrimônio e almoxarifado convocam o setor demandante para conferirem se os critérios (gerais e ambientais) estão de acordo com o que foi ofertado pelo fornecedor durante a realização do certame.

3.1.1.2. Elaboração de um Plano de Ação

A estratégia desse plano consiste em um passo a passo com 2 (duas) etapas, que foram divididas em subtópicos, combinando-se as sugestões dos manuais referidos acima para adaptação ao caso em estudo. Resultando assim, em uma sequência de procedimentos, conforme Figura 5.

Figura 5. Plano de Ação Sugerido
Fonte: Adaptado de (Brasil, 2016);(Cefor,2015)

3.1.1.2.1. Primeira Etapa: Avaliar a Necessidade da Compra

A aquisição de novos materiais deve ser ponderada pelos gestores e por toda equipe, pensando sempre se há de fato a necessidade da compra. Assim, é preciso que se reflita sobre a economicidade e racionalidade no gasto público.

Dessa forma, o gestor deve, antes de decidir por uma nova aquisição, consultar junto com sua equipe, a viabilidade de reutilizar materiais já existentes ou mesmo reduzir o consumo. É o que recomenda Brasil (2016), em consonância com o que dispõe o art. 9º da Lei 12.305/2010: “Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

Deve-se considerar também o que determina o art. 3º da Lei 10.520/2002, que assim prescreve: “A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame (...)”

Outra alternativa que pode ser útil é o instituto do desfazimento, regulamentado pelo Decreto 99.658/1990 no âmbito da Administração Pública Federal. Essa norma possibilita o reaproveitamento, a movimentação e a alienação de material, conforme reza seu art. 1º.

3.1.1.2.2. Segunda Etapa: Planejamento da Compra Sustentável

A aquisição de materiais sustentáveis deve ser implementada gradativamente, sempre acompanhando os preços e observando a evolução do mercado, conforme recomendam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade (Brasil, 2014).

É preciso ter em mente que a inclusão dos critérios de sustentabilidade não pode restringir a competitividade. Portanto, os requisitos devem ser aplicados com moderação e de forma justificada para não ferir os princípios licitatórios, conforme depreende-se do art. 3º, § 1º, Inciso I, da Lei de Licitações:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (Lei nº 8.666, 1993)

Respeitados esses primeiros cuidados indispensáveis, pode-se planejar de que forma será operacionalizada a inclusão dos critérios ambientais no processo de compras. Os procedimentos dessa 2ª Etapa são: 1. Escolher e inserir requisitos mínimos de sustentabilidade; 2. Definir os critérios de comprovação; e, 3. Verificar disponibilidade no mercado. A seguir, será detalhado um pouco sobre cada uma dessas fases.

Procedimento 1. Escolher e inserir requisitos mínimos de sustentabilidade:

Os critérios de sustentabilidade podem ser encontrados em diversas normas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções etc.). Eles devem ser guiados por algumas diretrizes, como por exemplo, os que são apontados pelo Decreto 7.746/2012 que regulamenta o art. 3º da Lei de Licitações:

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras: I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento (Decreto nº 7.746, 2012).

De forma exemplificativa a Advocacia Geral da União aponta uma série de legislações que tratam de critérios de sustentabilidade, das quais podem ser destacadas (Brasil, 2016):

As propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos; Lei 12. 305/2010: (...) produtos reciclados e recicláveis; bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis; Art. 5º (...) bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável (Lei nº 12.187, 2009).

Há uma série de critérios ambientais de sustentabilidade que podem servir de subsídio orientativo no momento de definição de quais requisitos podem ser implementados. Conforme salienta Advocacia Geral da União, a inserção dos critérios de sustentabilidade dar-se-á no momento da escolha do material que será licitado, incrementando-se tais requisitos nas

especificações que constarão no termo de referência. Tais critérios deverão ser descritos de forma clara e objetiva, levando-se em consideração como serão comprovadas (Brasil, 2016).

Procedimento 2. Definir os critérios de comprovação:

A fase do certame chamada de aceitação é o momento em que o pregoeiro e equipe de apoio (podendo ser auxiliado pelo setor demandante) analisam se os requisitos de sustentabilidade foram incluídos nas especificações do objeto ofertado pelo licitante vencedor.

A comprovação dos critérios de sustentabilidade ambiental pode ser viabilizada pelas mais variadas formas, de modo que não restrinja a competitividade nem acabe direcionando a escolha para uma marca específica. Assim, podem ser utilizadas opções de comprovação como as sugeridas pelo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho:

...inscrição nos rótulos, nas embalagens, informações disponíveis no site do fabricante e em sites dos órgãos competentes, por apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, ou por instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital (Brasil, 2012, p. 9).

São exemplos de instituições públicas oficiais que emitem certificações e são acreditadoras: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dentre outras.

Sempre que possível, deve-se observar nas aquisições de bens o atendimento das normas técnicas elaboradas por essas instituições que visam constatar e dimensionar a utilização de requisitos mínimos de qualidade, segurança e sustentabilidade (Brasil, 2012). Há vários documentos comprobatórios de critérios de sustentabilidade ambiental emitidos pelas instituições acima referidas.

Pode-se também estabelecer, por meio do instrumento convocatório, a imposição de algumas exigências (dentro dos limites da lei). Mesmo que algumas dessas obrigações tenham um caráter muito genérico que dificultam a fiscalização há a possibilidade imposições

produzirem um efeito educativo. Elas podem ser inseridas no item do edital que trata das obrigações da contratada.

Procedimento 3. Verificar Disponibilidade no Mercado

A interação com os fornecedores deve ser estimulada visando manter a instituição atualizada com as inovações, sobretudo no que diz respeito a alternativas mais eficientes e menos nocivas ao meio ambiente e ao ser humano. Salientando que isso deve ser feito de forma isenta e igualitária para não haver direcionamentos nos processos licitatórios. As pesquisas de preços ou orçamentos de itens sustentáveis podem ser utilizados como estratégia para verificar se o mercado ainda é restrito ou se já há alternativas aos materiais mais tradicionais.

3.1.1.3. O Monitoramento

Os próximos passos do Plano de Implementação da Compra Pública Sustentável (Figura 7) são o Mapeamento das Compras e Seleção de Produtos-Chave, já realizados no Item 3 do presente projeto de intervenção, que trata do Modelo Atual de Compras. O mapeamento proposto foi abordado no subitem 3.1.1.1 (Alocação de Responsabilidades e Envolvimento dos Atores).

A pesquisa de produtos alternativos pode ser viabilizada por meio de consultas aos Catálogos de Materiais Sustentáveis dos órgãos públicos. A pesquisa de mercado, seja ela presencial ou por meio da internet, também contribui para proporcionar a criação de uma lista de itens sustentáveis cada vez mais ampla para atender as necessidades da instituição.

Os últimos passos são a realização das compras sustentáveis e o monitoramento dos resultados alcançados. Para monitorar os resultados faz-se necessário estabelecer metas atingíveis, de acordo com a realidade de cada caso. Inicialmente, deve-se propor metas mais modestas e à medida que as experiências forem tendo êxito, os percentuais podem ser aumentados paulatinamente. Para não haver conflitos, o ideal seria negociar com os servidores envolvidos o estabelecimento dessas metas.

As metas poderão ser revistas a depender do desempenho nos períodos de acompanhamento. Conforme já abordado é conveniente que se avalie a real necessidade do material antes da realização do processo licitatório. Essa avaliação pode ser feita pelos demandantes com supervisão dos gestores. Para essa apreciação, pode-se lançar mão de uma lista de verificação simples como a que é proposta no Quadro 1.

Quadro 1

Lista de Verificação para Avaliar Necessidade da Compra

Tópicos a Serem Verificados Antes da Compra	Sim/Não	Folha	Obs.:
A compra é necessária?			
Foram consideradas outras alternativas para a compra como reutilização?			
Foram identificados os potenciais impactos ambientais e sociais associados?			
Existe legislação específica para tratar do assunto?			
Existe alguma norma específica para tratar do assunto?			
Existe algum estudo, resultados de pesquisa, análise de mercado disponível?			
Existe alguma informação disponível relacionado ao ACV?			

Nota. Fonte: Adaptado (Cefor, 2015)

Outra alteração que pode surtir efeitos positivos é a colocação de um subitem referente à inclusão de critérios de sustentabilidade na Lista de Verificação da fase interna do procedimento licitatório, conforme já orienta a Advocacia Geral da União. O Quadro 2 mostra-nos no subitem 2.2, a exigência de manifestação quanto aos critérios de sustentabilidade.

Quadro 2

Lista de Verificação Pregão Eletrônico

Atos Administrativos e Documentos a Serem Verificados	Sim/Não	Folha	Obs.:
1. (...)			
2. (...)			
2.1. (...)			
2.2. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?			

Nota. Fonte: (Brasil, 2017)

3.2. Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) e Inclusão da CPS

De acordo com a legislação, “os Planos de Gestão de Logística Sustentável são ferramentas para o planejamento em logística dos órgãos e entidades e pode ser implementado por meio de variadas iniciativas detalhadas em um ou mais planos de ação”. (Brasil, 2014, p. 22).

A implementação do PLS é uma obrigação dos órgãos ligados à administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes, consoante determina os Decretos Federais 7.746/2012 e 9.178/2017. O PLS deve seguir as orientações desses decretos, como também da Instrução Normativa SLTI - 10/2012.

Para a proposta de intervenção aqui tratada, decidiu-se adotar a metodologia sugerida pelo Manual Procura+ que tem como inspiração o ciclo PDCA: Planejar (*plan*), Fazer (*do*), Verificar (*check*) e agir corretivamente (*act*) (Iclei, 2015). Essa mesma sistemática também foi adotada para elaboração do PLS do Ministério do Planejamento (Iclei/MP, 2013 & Brasil, 2014). Essa estratégia se desdobra em 6 etapas conforme demonstrado na Figura 6.

Figura 6. Metodologia para Elaboração do PLS

Fonte: Iclei/MP (2013); Brasil (2014); Iclei (2015)

A partir dessa metodologia, foi elaborado o Quadro 3 com as etapas desmembradas em ações, conforme estratégias adotadas pelo ICLEI e Ministério do Planejamento. Em cada ação, foi apontado um diagnóstico simplificado, uma vez que o PLS ainda não foi implementado na instituição objeto de estudo desse trabalho.

Quadro 3

Metodologia para Elaboração do PLS

Etapas	Passos	O Que Foi Feito	O Que Falta
Preparação	Criar Comissão Gestora do PLS	Os integrantes da comissão foram escolhidos	Ato normativo para formação da comissão Gestora do PLS
	Assegurar competências técnicas, conhecimentos jurídicos e de gestão na composição da Comissão do PLS		Capacitar os membros da comissão
	Envolver os servidores		Fazer reuniões para tratar da importância do tema e motivar os servidores
Diagnóstico/Medição	Atualização/elaboração de inventário de bens (de acordo com a IN SEDAP nº 205 de 8 de abril de 1988).	A última atualização foi feita em 2016	Emitir ofício para instaurar comissão de avaliação do patrimônio e almoxarifado
	Atualização/elaboração de inventário de materiais (para consumo no órgão no período de 1 ano).		Ato normativo para formação da comissão Gestora do PLS e estabelecimento das competências
	Levantamento de práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços já realizados e/ou em andamento.	Já existem algumas iniciativas isoladas, conforme apontado na Introdução desse trabalho	Gerar relatórios para possibilitar um acompanhamento sistemático
Elaboração do PLS	Identificar ações possíveis para melhoria, análise de mercado, definição de critérios de sustentabilidade e identificação de alternativas mais sustentáveis.	No que se refere a essa etapa, apenas algumas iniciativas isoladas foram identificadas: uso racional de água e energia; coleta seletiva; aquisição de lâmpadas econômicas e ar-condicionado com selo Procel “A”; dentre outras. Não há discussão sobre a implementação de um Plano de Gestão de Logísticas Sustentável.	Após a criação da Comissão Gestora do PLS, adotar medidas para viabilizar um plano sistêmico com a criação de indicadores para acompanhamento
	Definir planos de ação com objetivo, detalhamento de ações, responsáveis (áreas envolvidas), prazos, cronograma, metodologia, indicadores, recursos para cada prática de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços.		

	Estabelecer metas para cada plano de ação acima mencionado.		
	Definir ações de divulgação, conscientização e capacitação.		
	Elaborar 3 apêndices mínimos: Apêndice 1 – Inventário de bens e materiais; Apêndice 2 – Diagnóstico de Práticas de Sustentabilidade e de Racionalização do Uso de Materiais e Serviços Implementadas; Apêndice 3 – Materiais de Consumo Sustentáveis.		
	Aprovação do Gestor		
Implementação do Plano	Publicação do PLS em site e encaminhamento à Secretaria Executiva da CISAP.		Essa etapa só poderá ser viabilizada após a criação da Comissão Gestora do PLS e elaboração do plano de ação
	Realização das práticas e ações previstas.		
Monitoramento	Acompanhamento semestral: Os resultados alcançados serão avaliados semestralmente pela comissão gestora, utilizando, no mínimo, os indicadores elencados.		Essa etapa só poderá ser viabilizada após a criação da Comissão Gestora do PLS e elaboração do plano de ação
	Compartilhamento de soluções novas, experiências e boas práticas com outras instituições e órgãos públicos.		
	Identificação de desvios, obstáculos e de necessidade de ações adicionais.		
Verificação e Avaliação	Anualmente: Elaboração de relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo: I - Consolidação dos resultados alcançados; II – Identificação e definição das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.		Essa etapa só poderá ser viabilizada após a criação da Comissão Gestora do PLS e elaboração do plano de ação
	Revisão do PLS.		

Nota. Fonte: Adaptado de Iclei/MP (2013); Brasil (2014)

Como se pode depreender do Quadro 3, a primeira ação que precisa ser adotada é a criação da Comissão Gestora do PLS, pois sem essa medida a implementação dificilmente ocorrerá, já que as etapas seguintes guardam estreita relação com a criação dessa Comissão. Consequentemente, as iniciativas continuarão acontecendo de forma isolada e sem o devido monitoramento, o que pode inviabilizar a política ambiental da instituição.

3.2.1. Propostas de Metas, Ações e Indicadores para o Eixo Compras Sustentáveis

O estabelecimento de metas tem o papel de nortear a implementação de qualquer política, estimulando os atores envolvidos durante o transcurso desse processo. Já os indicadores são importantes para aferir se as metas estão sendo atingidas e para o acompanhamento dos resultados e aplicações das correções necessárias, caso os resultados não sejam aqueles esperados no início. Dessa forma, pode-se rever o planejamento e estabelecer novas metas. O Quadro 4 detalha a sugestão de um conjunto de metas, ações, indicadores e responsáveis proposta pela intervenção aqui desenvolvida.

Quadro 4
Metas e Ações Propostas para Implementação da CPS

Metas	Ações	Indicadores	Responsáveis
Aumentar em 25% o número de itens adquiridos com critérios de sustentabilidade.	1. Elaborar o Catálogo de Materiais Sustentáveis da unidade	Quantidade de itens inseridos no catálogo	Setor de Compras
	2. Elaborar lista com critérios de sustentabilidade para consultas	Quantidade de critérios acrescentados na lista	Setor de Compras
	3. Incluir nos materiais solicitados os critérios de sustentabilidade que já possuem formas de comprovação (selos e certificados) de instituições públicas e outras acreditadas	Quantidade de critérios inseridos comparado a quantidade de itens	Coordenadores Solicitantes
	4. Incluir nos editais as obrigações ambientais das licitantes	Quantidade de editais com obrigações ambientais	Setor de Compras
Ampliar o alcance das práticas e políticas sustentáveis no setor de compras.	5. Promover cursos de capacitação a toda equipe do setor de compras e demais servidores responsáveis pelos pedidos	Quantidade de servidores capacitados	Diretores
	6. Incluir o tema compras sustentáveis nas reuniões de da instituição e criar grupos de discussão sobre o tema	Quantidade de reuniões que abordaram o tema	Diretores
	7. Criar um espaço virtual no Portal IFPB para divulgação das compras sustentáveis	Quantidade de processos publicados nesse espaço	Coordenação de Comunicação
	8. Estimular, por meio de campanhas educativas, o agir sustentável nos pedidos de aquisição, assim como no uso de materiais e equipamentos.	Quantidade de campanhas educativas desenvolvidas	Comissão Gestora do PLS
	9. Fazer levantamentos para gerar relatórios quantitativos e qualitativos sobre os resultados alcançados	Quantidade de relatórios gerados	Setor de Compras

Implementar o PLS na instituição	10. Formar a Comissão Gestora do PLS que poderá também avaliar se nos materiais que compõem os pedidos de compras estão sendo inseridos critérios de sustentabilidade	Portarias, Resoluções e ofícios oficializando a criação da comissão e suas competências	Diretor Geral
	11. Elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável, incluindo nele as compras sustentáveis.	Quantidade de reuniões da comissão; documentos elaborados; medidas implementadas	Comissão Gestora do PLS

Nota. Fonte: Elaborado pelo autor

Para acompanhamento da progressão de inclusão de critérios de sustentabilidade nos materiais adquiridos, propõe-se um modelo de inventário sugerido pelo ICLEI em parceria com o Ministério do Planejamento, conforme se pode verificar no Quadro 5.

Quadro 5

Modelo de Inventário para Acompanhamento das Compras Sustentáveis

SCORECARD DE COMPRAS											
Produto	Unidade de medida (unidade, kg, m2)	Total de unidades Adquiridas	Critérios sustentáveis foram usados? (S/N)	Unidades adquiridas de acordo com os critérios identificados	Gasto total (R\$)		Total de unidades Adquiridas	Critérios sustentáveis foram usados? (S/N)	Unidades adquiridas de acordo com os critérios identificados	Gasto total (R\$)	
					Unidades sustentáveis	Total				Unidades sustentáveis	Total
		2018							2019		

Nota. Fonte: Iclei/Ministérios do Planejamento (2013)

As ferramentas e os planos de ação propostos nos quadros citados acima podem e devem ser melhorados constantemente à medida que as experiências mostrarem essa necessidade. Um processo complexo como a implementação de licitações sustentáveis requer persistência e tempo para alcançar os resultados esperados, ou seja, é um processo evolutivo que precisa transpor as mudanças de gestão, transformando-se em uma política perene.

Resultados Obtidos

Como principais resultados que podem ter sido influenciado por essa intervenção, cite-se a adoção de um modelo de edital licitatórios para compras que prever a exigência de critérios de sustentabilidade nas aquisições, conforme orientado pela Advocacia Geral da União.

Essa intervenção também contribuiu para decisão da direção de criar uma Comissão Gestora para o Plano de Gestão de Logística Sustentável, de acordo com o que determina Decreto 7.746/2012.

Essa intervenção gerou uma nova política de compras na instituição a partir de uma nova postura dos requisitantes que passaram a consultar alternativas mais sustentáveis para uma série de itens de materiais de consumo. Além disso, os solicitantes foram orientados a buscar adquirir equipamentos que consumam menos energia e que tenham um processo de produção e destinação final ambientalmente correta.

Essa nova postura foi resultado de orientações repassadas para os coordenadores e diretores que são os principais responsáveis pelas solicitações. Assim, já se pode perceber que boa parte dos itens solicitados após essas orientações, passaram a ser descritos com algumas características sustentáveis.

Conclusões

Esse trabalho teve como escopo a proposição de uma sucessão de ações e procedimentos para consubstanciar um plano de implementação baseado no Plano de Gestão

de Logística Sustentável (PLS), no Manuais Procura+ do ICLEI em uma série de manuais de compras públicas sustentáveis de diversos órgãos. O modelo proposto tem como uma das vantagens, o fato de já ter sido implementado por diversos órgãos de mesma natureza, necessitando que se faça os devidos ajustes para adaptar-se ao local onde será desenvolvido.

Essas medidas serviram de base para sugerir uma série de itens sustentáveis, critérios de sustentabilidade ambiental, métodos de comprovação, obrigações ambientais para os licitantes, estabelecimento de metas e indicadores, listas de verificação e outras estratégias para implementar a compras sustentável. A intervenção aqui apresentada resultou em alguns avanços na conquista de um processo de compras mais sustentável, porém ainda há muito a se fazer para consolidar essa política junto à instituição.

Diante de tudo que foi exposto, entende-se que os objetivos propostos por este trabalho foram atingidos. Por fim, recomenda-se que este modelo seja sempre revisto e atualizado com a participação de toda comunidade, visando seu constante aperfeiçoamento e adaptação a realidade local, pois dessa forma haverá maior possibilidade dessa proposta ser bem-sucedido.

Referências

- Bahia. Secretaria da Administração do Estado da Bahia; Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade (2012). Compras Públicas Sustentáveis: uma abordagem prática. LALOË, F. K.; FREITAS, P. G. O. (Org.). 1ª ed. ICLEI/SAEB: Salvador. Recuperado de https://comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/Compras_P%C3%BAblicas_%20Sustent%C3%A1veis.PDF
- Barata, M. M. L., Kligerman, D. C., & Minayo-Gomez, C. (2007) A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. *Ciência Saúde coletiva*, 12 (1), 165-170. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/15.pdf>
- Brasil (2012). Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Guia de inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho. Brasília: CSJT, 2012. Recuperado de http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=98bda927-99d0-46cf-a193-0863d3f13c3a&groupId=955023
- Brasil(2013).Advocacia-Geral da União.Consultoria-Geral da União. Implementando licitações sustentáveis na Administração Pública Federal. BARKI, T. V. T. P.; BLIACHERIS, M. W. (org.). Brasília: AGU, 2013. Recuperado de <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/37195918>

- Brasil(2014). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Plano de Gestão de Logística Sustentável: Contratações Públicas Sustentáveis. 2014c. Brasília: SLTI, 2014. Recuperado de <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/caderno-de-estudo-e-pesquisa-1.pdf>
- Brasil(2016). Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis. CARVALHO, F. G.; FERREIRA, M. A. S. O.; VILLAC, T. (Org.) Brasília: AGU, 2016. Recuperado de <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/33733269>
- Brasil (2017), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Painel de Compras do Governo Federal, 2017. Recuperado de <http://paineldecompras.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=PaineldeCompras.qvw&host=QVS@17-0112-b-ias04&anonymous=true>
- Cefor. Centro de Formação, Capacitação e Treinamento da Câmara dos Deputados. 2015. Workshop de Contratação Sustentável - Módulo Execução: Elaboração do Termo de Referência. ALMEIDA, A. C. (Org.). Recuperado de http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/ecocamara/areas-tematicas/licitacao-sustentavel/Workshopcontrataaosustentavel_anacarla2.pdf
- Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm
- Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9178.htm
- Iclei. Governos Locais pela Sustentabilidade. Projeto Compras Sustentáveis pela Inovação e por uma Economia Verde e Inclusiva. Manual Procura+ Um Guia para Implementação de Compras Públicas Sustentáveis. 3ª ed. São Paulo: ICLEI, 2015. Recuperado de <http://www.procurement-forum.eu/resource/download/653/manual-procura-br-final.pdf>
- Iclei. Governos Locais pela Sustentabilidade; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP. Projeto Compras Sustentáveis pela Inovação e por uma Economia Verde e Inclusiva. Relatório de Diretrizes aos Planos de Gestão de Logística Sustentável (IN MP/SLTI nº 10/2012). Brasília, 2013. Recuperado de [http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/relatorioretrizesmpfinal30set13\(1\).pdf](http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/relatorioretrizesmpfinal30set13(1).pdf)
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela

Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Recuperado de <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-01-de-19-de-janeiro-de-2010>

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 04 de junho de 2014. Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit. Recuperado de <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-2-de-4-de-junho-de-2014>

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Recuperado de http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf

Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm

Lei nº 12.305, de 2 de ago. 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Recuperado de <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>

Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112349.htm

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

Portal da Transparência (2015). Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria da Geral da União. Gastos Diretos por Tipo de Despesa 2015. Recuperado de <http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasEDDespesas.asp?Ano=2015&Valor=190670691804862&Pagina=2>

Portal IFPB (2018a). Histórico do IFPB. Recuperado de <https://editor.ifpb.edu.br/institucional/historico>

Portal IFPB (2018b). Sobre o *Campus* Campina Grande. Recuperado de <http://www.ifpb.edu.br/campinagrande/institucional/sobre-o-campus>

Santos, F. V. (2013). Licitação Sustentável: Instrumento Concretizador do Direito ao Meio Ambiente. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado Direito Público). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13206>

Submetido em: 30.09.2018

Aceito em: 12.04.2019